signação de rendimentos, ou hipoteca», e gozarão de privilégio mobiliário do artigo 880.º do Código Civil, os empréstimos mutuados pelas caixas ou sócios.

Assim:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Justiça e dos Cultos e das Finanças, esclarecendo e interpretando o citado artigo, que o mesmo seja considerado como disposição respeitante à forma de processo, visto que a garantia dos contratos das caixas são as de fiança, penhor, consignação de rendimentos e hipoteca, e o privilégio mobiliário do artigo 880.º do Código Civil, sem prejuízo, portanto, dos direitos que a lei geral confere aos demais credores com crédito garantido e devidamente registado.

Ministério da Justiça e dos Cultos, 30 de Março de 1931.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *José de Almeida Eusébio*—O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Inspecção do Comércio Bancário

Decreto n.º 19:560

Aos bancos que se reconstituíram ao abrigo das disposições do decreto n.º 14:510, de 28 de Outubro de 1927, foi imposta a obrigação de completarem o capital social indicado no artigo 7.º do decreto n.º 10:634, de 20 de Março de 1925, no prazo de três anos a contar da homologação da concordata.

Ao Banco Comercial do Porto, que se reorganizou ao abrigo das disposições daquele decreto, a situação do mercado de capitais só permitiu a elevação do capital social em 2:000.000\$, tendo assegurado novo aumento de 2:000.000\$, que pode realizar até o fim do corrente ano.

A concordata homologada àquele Banco impõe a liquidação das responsabilidades anteriores no prazo de cinco anos, prorrogável, nos termos dos §§ 2.º e 3.º do

artigo 135.º do Código Comercial, por metade do tempo primitivamente marcado;

Atendendo ao benefício que a liquidação a mais longo prazo representa para os credores, e a que nenhum prejuízo advém da unificação dos prazos para liquidação e elevação do capital;

Atendendo a que, segundo informação do comissário do Governo, o crédito daquele estabelecimento se vem firmando, prestando já, embora modestamente, à praça do Porto, a assistência que os recursos disponíveis lhe têm permitido;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É elevado a cinco anos, a contar da data da homologação da concordata, o prazo a que se refere o § 6.º do artigo 4.º do decreto n.º 14:510, de 28 de Outubro de 1927, para o Banco Comercial do Porto elevar o seu capital até o limite indicado no artigo 7.º do decreto n.º 10:634, de 20 de Março de 1925, devendo estar efectuado até 31 de Dezembro de 1931 o aumento até 7:000.000\$.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 6 de Abril de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domíngos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*António Lopes Mateus*—*José de Almeida Eusébio*—*António de Oliveira Salazar*—*Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo*—*Luis António de Magalhães Correia*—*Fernando Augusto Branco*—*João Antunes Guimarães*—*Armindo Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.